

## IGUÁ RIO DE JANEIRO S.A.

CNPJ/ME: 42.353.180/0001-35

### Relatório da Administração

Prezados Acionistas,  
Atendendo às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas, o Relatório da Administração e as demonstrações financeiras da Igua Rio de Janeiro S.A. ("Companhia" ou "Igua Rio"), relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, acompanhados do Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras. As demonstrações financeiras individuais foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS - International Financial Reporting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Com o intuito de atender ao disposto no artigo 2º da Instrução CVM nº 162/2022, a Igua Rio informa que contratou a Ernst & Young Auditores Independentes S.S. para realizar tão somente as atividades de auditoria externa e que nenhum outro serviço foi realizado.

**1 DISCLAIMER** – Considerações futuras, se contidas neste documento, são exclusivamente relacionadas às perspectivas do negócio, estimativas de resultados operacionais e financeiros e às perspectivas de crescimento da companhia, não se constituindo, portanto, em garantia de performance ou de resultados futuros. Tais considerações futuras dependem, substancialmente, de mudanças nas condições de mercado, regras governamentais, pressões da concorrência, do desempenho do setor e da economia brasileira, entre outros fatores, além dos riscos apresentados nos documentos de divulgação arquivados pela companhia e estão, portanto, sujeitas a mudanças sem aviso prévio.

**Destaque**  
• Receita líquida atinge R\$ 312,3 milhões no 4T22 e R\$ 1.062,8 milhões em 2022. • EBITDA ajustado<sup>2</sup> atinge R\$ 99,0 milhões no 4T22 e R\$ 384,7 milhões em 2022. • Investimentos realizados em novos ativos e melhorias de R\$ 158,6 milhões em 2022. • Investimentos realizados na Reforma das Elevatórias de Água e Esgoto de R\$ 62,9M em 2022, sendo 59 elevatórias de água e 27 de esgoto. • "Retrofit" de Coletor de Tempo Seco (CTS) localizado no Canal das Taxas, resultando em redução de efluente anteriormente despejado na lagoa.

• Conclusão do projeto executivo de revitalização do Complexo Lagunar e início da fase de licenciamento ambiental pelo INEA. • Conclusão do projeto executivo de Coletores de Tempo Seco (CTS) e início da fase de licenciamento ambiental pelo INEA para Canal das Taxas e Arroio Fundo. • Licenças obtidas em 2022: licenças emitidas para melhorias do SES BARRA; licenças sanitárias e alvarás de funcionamento de Paty do Alferes, Miguel Pereira e Rio de Janeiro; autorização ambiental para instalação do Módulo Móvel, aumentando a produção da ETA Fragosos; autorização ambiental para instalação do Base do Camorim (revitalização do complexo lagunar); autorização ambiental para desativação de Unidades de Tratamento, licenças ambientais das ETAs Paty e Avelar; obtenção de 100% das licenças de esgoto de Vargem Grande, Vargem Pequena, Urussanga e N. Horizonte; obtenção de autorização para supressão de vegetação (expansão das áreas operacionais). • Início da mobilização para a recuperação do coletor de esgoto na Av. Prefeito Dulcídio Cardoso. • Inspeção do Emissário Submarino da Barra da Tijuca e avanços na recuperação das margens da Lagoa Camorim.

### 2 EBITDA Ajustado Excluindo Outros Efeitos

Principais investimentos realizados	
Rio de Janeiro (R\$ '000)	2022
Rede de água	44.734
Rede de esgoto	40.082
Obras em andamento	56.730
Outros investimentos	17.008
<b>Total</b>	<b>158.554</b>

Em 2022, foram realizados investimentos em novos ativos e melhorias de R\$ 158,6 milhões. Foram concluídos os projetos básicos de implantação de Coletores de Tempo Seco e de "Retrofit" da ETE Barra, inspeção do Emissário Submarino da ETE Barra, avanços na recuperação das margens da Lagoa Camorim e na reforma das elevatórias de água e esgoto. Também foram realizados investimentos destinados à construção das bases para gerador das elevatórias, reforma do laboratório da ETE Barra, melhorias na estrutura de Miguel Pereira e Paty do Alferes, substituição de rede para revitalização em Governador Portela, bem como avanços na automação dos sistemas. Foram concluídas as implantações das sedes administrativas em Paty do Alferes, Miguel Pereira e no Rio de Janeiro (ETE Barra), assim como o Centro de Controle Operacional, e o descomissionamento da Unidade de Tratamento de Resíduos de Arroio Fundo, com o redirecionamento para a ETE Barra do esgoto que era coletado na unidade. Também foram realizados investimentos para a recuperação das margens da Lagoa do Camorim, com ações imediatas sendo executadas para captura de resultados no curto prazo, onde já foram retiradas mais de 131 toneladas de lixo e realizado o plantio de mais de 40 mil mudas nas margens da Lagoa. Com

o intuito de recuperar estruturas civis, mecânicas e elétricas de 86 estações elevatórias que compõem os sistemas de abastecimento de água tratada e esgotamento sanitário, e de implementar os sistemas de automação e telemetria, foram realizados diversos avanços no Projeto das Elevatórias, com destaque para um total de 62 frentes de serviços e a contratação de 280 colaboradores. Adicionalmente, foram realizadas melhorias e instalações de sistema anti-odor e de geradores na ETE Barra. Trabalhamos em diferentes frentes para mitigar os impactos da estiagem na região de Paty do Alferes e Miguel Pereira, trazendo maior segurança hídrica para a região. Foram obtidos avanços importantes no Projeto de revitalização do Complexo Lagunar, com a conclusão do projeto executivo, e o licenciamento ambiental pela INEA em andamento. O projeto tem como objetivo a redução de carga poluente nas regiões de Jacarepaguá, Camorim e Tijuca e nos canais Joatinga e Marapendi. Tal ação ocasionará em uma melhoria na circulação hídrica e na qualidade da água, gerando, consequentemente, um aumento na biodiversidade aquática.

### Performance Operacional

Economias de Água		Economias de Esgoto	
Trimestre	(Mil)	Trimestre	(Mil)
3T22	342,0	3T22	309,4
4T22	344,3	4T22	311,0

As economias de água chegaram a 344,3 mil no 4T22, um aumento de 0,7% em relação ao 3T22. O aumento está relacionado principalmente às novas ligações instaladas, e ao religamento de conexões suspensas. O número de economias de esgoto também cresceu, atingindo 311,0 mil no 4T22, um crescimento de 0,5% quando comparado ao 3T22. O aumento é resultante principalmente do crescimento da disponibilidade da rede de esgoto, que possibilitou a ativação de novos contratos.

### Volume faturados de água e esgoto

Trimestre	Volume Faturado de Água (Milhões M³)	Trimestre	Volume Faturado de Esgoto (Milhões M³)
3T22	19,8	3T22	17,6
4T22	20,1	4T22	18,1
2022	71,5	2022	62,7

O volume faturado de água totalizou 20,1 milhões de metros cúbicos no 4T22, e 71,5 milhões no acumulado de 2022. Comparando o 4T22 com o 3T22, houve um crescimento de 1,5%, resultado gerado, principalmente, pelo maior consumo de água devido à sazonalidade. Já o volume faturado de esgoto no 4T22 foi de 18,1 milhões de metros cúbicos, um crescimento de 2,8% na comparação com o 3T22. Em 2022, o faturamento foi de 62,7 milhões. O crescimento no faturamento de esgoto ocorreu por conta das novas ligações que foram ativadas após disponibilidade.

### Performance econômico-financeira

Destaque Financeiros (R\$ '000)	4T22	3T22	VAR %
Receita operacional líquida	312.322	285.215	9,5%
Custos Totais	(238.224)	(204.007)	16,8%
<b>Lucro bruto</b>	<b>74.098</b>	<b>81.208</b>	<b>-8,8%</b>
Despesas operacionais	(47.609)	(59.227)	-19,6%

Lucro op. antes do resultado financeiro			
	4T22	3T22	VAR %
Resultado financeiro líquido	(210.555)	(177.282)	18,8%
<b>Resultado antes dos impostos</b>	<b>(184.066)</b>	<b>(155.301)</b>	<b>18,5%</b>
IR/CSLL	62.290	52.789	18,0%
<b>Resultado do período</b>	<b>(121.776)</b>	<b>(102.512)</b>	<b>18,8%</b>

Receita Operacional Líquida				
	4T22	3T22	VAR %	2022
Receita Líquida (R\$ '000)	148.411	162.570	-8,7%	603.722
Serviços de Água	146.274	140.458	4,1%	489.016
Serviços de Esgoto	1.630	24,0	25,0%	3.951

(-) Receita de Saneamento e Serviços				
	4T22	3T22	VAR %	2022
Construção	67.178	37.201	80,6%	158.554
Deduções	(51.171)	(56.318)	-9,1%	(192.492)

(-) Receita Operacional Líquida				
	4T22	3T22	VAR %	2022
Receita Líquida (R\$ '000)	148.411	162.570	-8,7%	603.722
Serviços de Água	146.274	140.458	4,1%	489.016
Serviços de Esgoto	1.630	24,0	25,0%	3.951

No 4T22, a receita de saneamento e outros serviços totalizou R\$ 296,3 milhões, uma retração de 2,6% frente a 3T22, quando atingiu o montante de R\$ 304,3 milhões. Em 2022, a Receita de Saneamento e Serviços foi de R\$ 1.096,7 milhões. A retração é decorrente principalmente da receita de água, que no 4T22 foi de R\$ 148,4 milhões, ou 8,7% menor do que a receita de água do 3T22. No acumulado de 2022, a receita líquida da Companhia é de R\$ 1.062,8 milhões. As principais variações do terceiro para o quarto trimestre do exercício corrente se devem aos

seguintes fatores: 1. Da redução de 8,7% da receita proveniente dos serviços de água, que totalizou R\$ 148,3 milhões no 4T22 e R\$ 603,7 milhões em 2022. A redução é devida à aplicação de ajustes contábeis referentes ao Pronunciamento Técnico CPC 47 (IFRS-15), ou seja, exclusão da receita de determinados clientes inadimplentes. Tal efeito não foi observado nos trimestres anteriores pois, segundo a política contábil adotada pelo grupo, essa prática só é aplicável a valores atrasados acima de 12 meses. Excluindo os efeitos desse ajuste contábil, a receita de serviços de água no 4T22 cresceu 5,2% ante o trimestre anterior.; 2. Do aumento de 4,1% da receita proveniente dos serviços de esgoto, de R\$ 140,5 milhões no 3T22 para R\$ 146,3 milhões no 4T22, atingindo em 2022 o total de R\$ 489,0 milhões; e 3. Do aumento de 25,0% da receita de outros serviços do 3T22 para o 4T22, atingindo R\$ 4,0 milhões em 2022. A receita de construção apresentou aumento de 80,6%, passando de R\$ 37,2 milhões no 3T22 para R\$ 67,2 milhões no 4T22, alcançando R\$ 158,6 milhões em 2022, o que evidencia a política de investimentos da Companhia no Rio de Janeiro. Importante ressaltar que a receita de construção reflete a aplicação de norma IFRIC12 (ICPC 01-R1).

### Custos e Despesas

Custos e Despesas (R\$ '000)	4T22	3T22	VAR %	2022
Pessoal	(25.895)	(25.294)	2,4%	(97.185)
Serviços de terceiros	(13.724)	(19.499)	-29,6%	(62.269)
Energia elétrica	(4.576)	(4.095)	11,7%	(19.009)
Compra de água	(80.638)	(75.413)	6,9%	(276.353)
Outros custos	(40.162)	(48.599)	-17,4%	(143.642)
<b>Subtotal</b>	<b>(164.995)</b>	<b>(172.900)</b>	<b>-4,6%</b>	<b>(598.458)</b>
Amortização e depreciação	(53.660)	(53.133)	1,0%	(195.115)
<b>Subtotal</b>	<b>(218.655)</b>	<b>(226.033)</b>	<b>-3,3%</b>	<b>(793.573)</b>
Custo de construção	(67.178)	(37.201)	80,6%	(158.554)
<b>Total</b>	<b>(285.833)</b>	<b>(263.234)</b>	<b>8,6%</b>	<b>(952.127)</b>

A linha de Custos e Despesas apresentou um aumento de R\$ 22,6 milhões no 4T22, ou 8,6% em relação ao 3T22. Excluindo o custo de construção e a amortização e depreciação, houve uma redução nos custos de R\$ 7,9 milhões, ou 4,6% no comparativo com o trimestre anterior, com destaque para as linhas:

**Gastos com pessoal:** No 4T22, os custos e despesas com pessoal totalizaram R\$ 25,9 milhões, um aumento de 2,4% em relação ao terceiro trimestre, decorrente de aumento retroativo de benefícios aos funcionários. No ano de 2022, o total acumulado foi de R\$ 97,2 milhões.  
**Serviços de terceiros:** Os custos e despesas com serviços de terceiros foram de R\$ 13,7 milhões no 4T22, representando uma redução de R\$ 5,8 milhões ou 29,6% em comparação com o 3T22. Redução esta decorrente das linhas de serviços especializados, serviços de análises técnicas e consultorias. No ano de 2022, o total acumulado foi de R\$ 62,2 milhões.  
**Energia elétrica:** No quarto trimestre, os custos e despesas com energia elétrica atingiram R\$ 4,6 milhões, um aumento de 11,7% ou R\$ 0,5 milhão em relação ao terceiro trimestre do ano, decorrente do maior volume de água e esgoto processados no período em reflexo a pós estiagem e temperaturas médias mais altas. No ano de 2022, o total acumulado foi de R\$ 19,0 milhões.

**Compra de água:** No 4T22, a compra de água da Cedae para abastecimento dos bairros atendidos no município do Rio de Janeiro totalizou o valor de R\$ 80,6 milhões, apresentando uma variação maior de custo de 6,9% entre os trimestres, influenciado pelo reajuste tarifário de 11,82% (aplicado sobre a tarifa para a receita e para a compra de água da CEDAE) e vigente a partir do mês de novembro. No ano de 2022, o total acumulado foi de R\$ 276,4 milhões.  
**Outros custos:** Os outros custos tiveram uma redução de R\$ 8,4 milhões ou 17,4% no 4T22 em relação ao 3T22, em função principalmente das perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa e dos valores de manutenção de máquinas, equipamentos e veículos. No ano de 2022, o total acumulado foi de R\$ 143,6 milhões.

**Resultado financeiro**  
**Resultado Financeiro (R\$ '000)**

	4T22	3T22	VAR %	2022
Receitas Financeiras	6.268	5.954	5,3%	21.660
Despesas Financeiras	(216.823)	(183.236)	18,3%	(955.148)
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>(210.555)</b>	<b>(177.282)</b>	<b>18,8%</b>	<b>(933.488)</b>

O resultado financeiro geral teve um aumento, no 4T22, de R\$ 33,3 milhões ou 18,8% em relação ao 3T22, atingindo R\$ 933,4 milhões no total acumulado do ano. As receitas financeiras apresentaram um aumento de R\$ 0,3 milhão, ou 5,3% entre o 4T22 e 3T22, atingindo R\$ 21,6 milhões no total acumulado do ano, e refletiu o incremento nas taxas de juros de aplicações financeiras. Já as despesas financeiras tiveram um aumento de R\$ 33,6 milhões, ou 18,3% na comparação do 4T22 ante o 3T22 e R\$ 955,1 milhões no total acumulado do ano. As principais variações foram em função: 1. Do aumento, no 4T22, de R\$ 45,0 milhões de despesa com atualização da última parcela de outorga fixa, cujo vencimento se dará em fev/2025. 2. Da redução nas despesas

Demonstração do resultado - Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e período de 11 de junho (data de constituição) a 31 de dezembro de 2021 - Em milhares de reais				
	Nota	2022	2021	
Receita operacional líquida		14 (1.062.751)	-	
Custo dos serviços prestados		15 (762.105)	-	
<b>Lucro bruto</b>		<b>300.646</b>	-	

Despesas operacionais				
	Nota	2022	2021	
Despesas operacionais, administrativas e gerais	15	(190.022)	(28.682)	
		(190.022)	(28.682)	

Resultado antes do resultado financeiro, líquido				
	Nota	2022	2021	
Receitas financeiras	16	21.660	3.806	
Despesas financeiras	16	(955.148)	(194.332)	
<b>Resultado financeiro, líquido</b>		<b>(933.488)</b>	<b>(190.526)</b>	

Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social				
	Nota	2022	2021	
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		(822.864)	(219.208)	
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13	278.997	74.518	
<b>Prejuízo do exercício</b>		<b>(543.867)</b>	<b>(144.690)</b>	

Prejuízo por ação - básico e diluído (em Reais)				
	Nota	2022	2021	
Prejuízo por ação - básico e diluído	17	(0,326633)	(0,283705)	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado abrangente - Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e período de 11 de junho (data de constituição) a 31 de dezembro de 2021 - Em milhares de reais				
	Nota	2022	2021	
Prejuízo do exercício		(543.867)	(144.690)	
<b>Resultado abrangente total</b>		<b>(543.867)</b>	<b>(144.690)</b>	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

gado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo designada a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo: • Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos à que a entidade possa ter acesso na data de mensuração. • Nível 2: técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável. • Nível 3: técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível. Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras ao valor justo de forma recorrente, a Companhia determina se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo como um todo) no fim de cada período de divulgação. Para fins de divulgações do valor justo, a Companhia determinou classes de ativos e passivos com base na natureza, características e riscos do ativo ou passivo e o nível da hierarquia do valor justo, conforme acima explicado. As corresponsáveis divulgações ao valor justo de instrumentos financeiros e ativos não financeiros mensurados ao valor justo ou no momento da divulgação dos valores justos são resumidas nas respectivas notas.

**2.3. Receita de contrato com cliente:** a) Serviços de abastecimento de água e tratamento de esgoto: A receita de serviços é apurada em conformidade com o regime contábil de competência. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. As receitas de serviços decorrem do fornecimento de água e serviços de coleta e tratamento de esgotamento sanitário. As receitas ainda não faturadas, correspondente à última leitura até a data de apresentação das demonstrações financeiras, representam receitas incorridas e são reconhecidas com base em estimativas mensais dos serviços completados. A Companhia reconhece a receita quando: (i) identifica os contratos com os clientes; (ii) identifica as diferentes obrigações do contrato; (iii) determina o preço da transação; e (iv) aloca o preço da transação às obrigações de performance dos contratos; e (v) satisfaz todas as obrigações de desempenho. A receita de outros serviços indiretos de água e esgoto refere-se à prestação de serviço de instalações de hidrômetros e ligação e religação de água e é reconhecida no período no qual os serviços são prestados. b) Contratos de concessão de serviços e construção: A receita de construção é reconhecida de acordo com o ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão e CPC 47 (R1) - Receita de Contrato com Cliente, na medida em que todas as obrigações de desempenho sejam satisfetidas ao longo do tempo. Durante a fase de construção, o ativo é classificado como um ativo intangível. A Companhia reconhece um ativo intangível à medida em que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários dos serviços públicos. Esse direito não constitui direito incondicional de receber caixa porque os valores são condicionados à utilização do serviço pelo público. A Companhia estima que a receita de construção de seus ativos intangíveis relativo à construção seja equivalente ao custo esperado mais margem e julga tal margem irrelevante, considerando-a zero. Portanto, esta receita de construção é mensurada sem adicional de margem sobre o custo de construção. c) **Receita de serviços de operação:** A Companhia reconhece a receita de serviços de operação por operar e manter a infraestrutura do contrato de concessão quando satisfaz todas as obrigações de desempenho. A Companhia satisfaz sua obrigação de desempenho conforme os serviços são prestados, por ocasião da manutenção, serviços auxiliares, pelo

de operações com partes relacionadas, sendo de R\$ 5,4 milhões no 3T22 para R\$ 5,2 milhões no 4T22, representando uma queda de R\$ 0,2 milhões ou 4,3%; e 3. Do aumento de R\$ 0,9 milhões ou 0,4% nas despesas com juros sobre debêntures e arrendamento no 4T22 ante o 3T22.

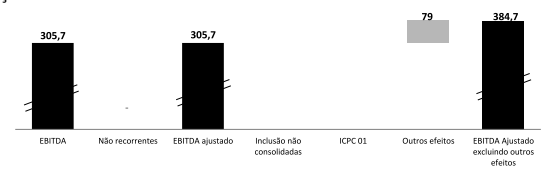
EBITDA e Ebitda Ajustado Excluindo Outros Efeitos	
Em consonância com a Instrução CVM nº 156/2022, o EBITDA em 2022 foi de R\$ 305,7 milhões e a Margem EBITDA foi de 28,8%.	
EBITDA (R\$ '000)	
<b>Resultado do período</b>	<b>(543.867)</b>
(+) Tributos sobre o lucro	(278.997)
(+) Financeiras líquidas	<b>933.488</b>
(+) Amortização / Depreciação	195.115
<b>EBITDA</b>	<b>305.738</b>

Divulgamos também o EBITDA Ajustado Excluindo Outros Efeitos, que entendemos ser a métrica adequada de desempenho financeiro da Companhia. O EBITDA Ajustado foi construído pela Companhia com a intenção de permitir melhor interpretação do desempenho operacional e conversão de caixa da Igua Rio. Em 2022, o EBITDA Ajustado Excluindo Outros Efeitos totalizou R\$ 384,7 milhões, com margem EBITDA Ajustada de 41,5%.

	Total (IFRS) (R\$ '000)	Ajustes (R\$ '000)	Total Ajustado (R\$ '000)
	2022	2022	2022
<b>Receita líquida</b>	<b>1.062.751</b>	<b>-135.921</b>	<b>926.830</b>
Custo total	-762.106	158.554	-603.552
<b>Lucro bruto</b>	<b>300.645</b>	<b>22.633</b>	<b>323.278</b>
Despesas operacionais	-190.420	56.347	-133.675
Financeiras líquidas	-933.488	-	-933.488
<b>Resultado antes IRPJ e CSLL</b>	<b>-822.865</b>	<b>78.980</b>	<b>-743.885</b>
(+) Amortização / Depreciação	195.115	-	195.115
(+) Financeiras líquidas	933.488	-	933.488
<b>EBITDA</b>	<b>305.738</b>	<b>78.980</b>	<b>384.718</b>
<b>Margem EBITDA</b>	<b>28,80%</b>	<b>-</b>	<b>41,50%</b>

Ressaltamos que o EBITDA Ajustado é uma medida não contábil, cabendo à Companhia informar os seus critérios, em consonância com a Instrução CVM 156: • Eliminação do efeito de receitas e despesas não recorrentes, se houver. Além disso, para proporcionar maior aderência à geração de caixa da companhia, entendemos ser importante desconsiderar também outros efeitos, a saber: • Eliminação dos efeitos contábeis ocasionados pela aplicação das normas do IFRS aplicadas à Companhia (em especial do IFRIC12/ICPC-01, que se refere à desconsideração de Receitas e Custos de Construção, bem como constituição do Ativo Financeiro); Ainda, para maior clareza, detalhamos os efeitos dos ajustes considerados para o EBITDA Ajustado ano de 2022:

**ICPC 01:** exclusão dos efeitos gerados pela aplicação do CPC 01 sobre os custos de construção, receita de construção e ativo financeiro.  
**Outros Efeitos:** efeitos contábeis decorrentes da exclusão da aplicação dos CPCs 47 e 48.



**Endividamento**  
Em 2022, a dívida líquida totalizou R\$ 4,6 bilhões. Cronograma de Amortização<sup>3</sup>



<sup>3</sup> Cronograma do pagamento de principal.

tratamento e disposição final do lodo gerado e demais serviços executados em conformidade com as normas e padrões exigidos pelo poder concedente da concessão em que opera. **2.4. Receitas e despesas financeiras:** As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem: • Juros sobre aplicações financeiras e contas a receber de clientes; • Despesas com juros sobre débitos, arrendamento e partes relacionadas; • Despesa com atualização da outorga; • Outras receitas e despesas financeiras. As receitas e as despesas financeiras são reconhecidas no resultado através do método dos juros efetivos. **2.5. Tributos:** a) **Imposto de renda e contribuição social - correntes:** Ativos e passivos de tributos correntes referentes aos exercícios corrente e anterior são mensurados pelo valor esperado a ser recuperado ou pago às autoridades tributárias, utilizando as alíquotas de tributos que estejam aprovadas no fim do exercício que está sendo reportado em que a Companhia e gera lucro tributável. O imposto de renda e a contribuição social do exercício correntes são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais do imposto de renda e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. O imposto corrente é reconhecido no resultado a menos que esteja relacionado a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. b) **Imposto de renda e contribuição social diferidos:** Ativos e passivos fiscais diferidos de imposto de renda e contribuição social são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas no resultado como despesa de imposto de renda e contribuição social diferido. Passivos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias da Companhia e ativos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis da Companhia, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando o ativo for realizado ou o passivo for liquidado, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço. São apresentados em base líquida, se, e somente se, estiverem relacionados com tributos sobre o lucro lançado pela (i) mesma autoridade tributária; ou (ii) nas entidades tributáveis diferentes que pretendem realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente, em cada período futuro no qual se espera que valores significativos dos ativos ou passivos fiscais diferidos sejam liquidados ou recuperados. Ao avaliar a recuperabilidade dos impostos diferidos ativos, a Companhia confia em premissas de projeções usadas nas demonstrações financeiras e em outros relatórios da administração. c) **Tributos sobre a venda:** Despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos tributos sobre vendas, exceto: • Quando os tributos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não foram recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o tributo sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; • Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados junto com o valor dos tributos sobre vendas; e • Quando o valor líquido dos tributos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial. A Companhia reconhece ativos e passivos diferidos de tributos incidentes sobre a receita de construção e receita de ativo financeiro e recuperáveis sobre o custo de construção com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando o ativo for realizado ou o passivo for liquidado, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço. **2.6. Distribuição de lucros:** A Companhia reconhece um passivo para pagamento de dividendos quando essa distribuição é autorizada e deixa de ser uma opção da Companhia ou, ainda, quando previsto em Lei. Conforme a legislação societária vigente, uma distribuição é autorizada quando aprovada pelos acionistas e o montante correspondente é diretamente reconhecido no patrimônio líquido. A legislação societária estabelece ainda o requerimento de pagamento de um dividendo mínimo obrigatório, após efetuados os ajustes ao lucro auferido no exercício e destinação das reservas também previstas no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações. Distribuições sem desembolso de caixa são mensuradas ao valor justo dos ativos a serem distribuídos, sendo a mensuração ao valor justo reconhecida diretamente no patrimônio líquido. No momento da distribuição de ativos sem desembolso de caixa, eventual diferença entre o valor contábil do passivo e o valor contábil do ativo distribuído é reconhecida na demonstração do resultado. **2.7. Imobilizado - a) Reconhecimento e mensuração:** A Companhia considera como ativo imobilizado, somente os bens que estão em seu poder e podem ser a quaisquer momentos negociados sem prévia autorização do poder concedente da concessão em que opera. Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*). Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado. Em casos de substituição de partes que resultam em aumento da vida útil, o custo é reconhecido no valor contábil do ativo imobilizado como substituição e os ativos substituídos são baixados. Todos os demais custos de manutenção são reconhecidos no resultado, quando incorridos. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. b) **Custos subsequentes:** Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. c) **Depreciação:** A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado e não ultrapassa o prazo final da concessão. As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Móveis e utensílios	10 anos
Computadores e periféricos	20 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado. **2.8. Intangível:** a) **Reconhecimento e mensuração:** Ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que tem vidas úteis definidas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*). b) **Gastos subsequentes:** Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos. c) **Amortização:** Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. A amortização é geralmente reconhecida no resultado e não ultrapassa o prazo final da concessão. Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado. **2.9. Ativos de contrato:** A norma estabelece que uma entidade deve reconhecer a receita para representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços. Portanto, a entidade reconhece a receita somente quando (ou se) a obrigação de performance for cumprida, ou seja, quando o "controle" dos bens ou serviços de determinada operação são efetivamente transferidos ao cliente. A norma também determina que quando a Companhia concluir a performance por meio da transferência de bens ou serviços ao cliente antes do pagamento da contraprestação ou antes que o pagamento seja devido, a entidade deve apresentar este direito como ativo de contrato. O ativo de contrato é definido pela norma como o direito à contraprestação em troca de bens ou serviços transferidos ao cliente quando esse direito está condicionado a algo além da passagem do tempo como por exemplo o seu desempenho futuro. **2.10. Instrumentos financeiros – reconhecimento inicial e mensuração subsequente:** Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro para a Companhia e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade. a) **Ativos financeiros:** i) Reconhecimento inicial e mensuração: Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão destes ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contêm um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático, a Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" (também referido como teste de "SPPI") sobre o valor do principal em aberto. Essa avaliação é executada em nível de instrumento. O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como se gerencia os ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. ii) Mensuração subsequente: Para fins de mensuração subsequente, a Companhia classifica os ativos financeiros na categoria de mensurados ao valor justo por meio do resultado e na categoria de custo amortizado. **Ativos financeiros ao custo amortizado:** A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se ambas as condições forem atendidas: (i) dentro do modelo de negócios o objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que consistam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos à redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. Os ativos financeiros da Companhia ao custo amortizado incluem as contas a receber de clientes. **Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócios. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado. Essa categoria contempla as aplicações financeiras para gestão diária do caixa. iii) **Desreconhecimento:** A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou quando a Companhia nem transferiu e nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo. Quando a Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, avalia se, em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Companhia continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. Nesse caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pela Companhia. iv) **Redução ao valor recuperável de ativos financeiros:** A Companhia reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que a Companhia espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação. As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas são reconhecidas após provisionadas para perdas de crédito resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (perda de crédito esperada de 12 meses). Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência (uma perda de crédito esperada vitalícia). Para contas a receber de clientes e ativos de contrato, a Companhia aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas. Portanto, a Companhia não acompanha as alterações no risco de crédito, mas reconhece uma provisão para perdas com base em perdas de crédito esperadas vitalícias em cada data-base. A Companhia considera um ativo financeiro em situação de inadimplimento quando os pagamentos contratuais estão vencidos há 180 dias. No entanto, em certos casos, a Companhia também pode considerar que um ativo financeiro está em inadimplimento quando informações internas ou externas indicam ser improvável a Companhia receber integralmente os valores contratuais em aberto antes de levar em conta quaisquer melhorias de crédito mantidas pela Companhia. Um ativo

financeiro é baixado quando não há expectativa razoável de recuperação dos fluxos de caixa contratuais. b) **Passivos financeiros:** i) **Reconhecimento inicial e mensuração:** Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, empréstimos ou contas a pagar, conforme apropriado. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Os passivos financeiros da Companhia incluem fornecedores e outras contas a pagar e empréstimos e financiamentos. ii) **Mensuração subsequente:** Para fins de mensuração subsequente, a Companhia classifica os passivos financeiros na categoria de custo amortizado. **Custo amortizado:** Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraiados e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado. Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos e financiamentos concedidos e contraiados, sujeitos a juros. iii) **Desreconhecimento:** A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada. c) **Compensação de instrumentos financeiros:** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia houver um direito legalmente executável de compensar os valores e se houver a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **2.11. Estoques:** Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. Os estoques são avaliados ao custo médio de aquisição que não excede o valor de mercado. Os estoques são apresentados em conjunto com outros ativos no Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2022. **2.12. Perdas por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:** A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos tributos que reflita o custo médio ponderado de capital para o segmento em que opera a unidade geradora de caixa. O valor justo líquido das despesas de venda é determinado, sempre que possível, com base em transações recentes de mercado entre partes conhecedoras e interessadas com ativos semelhantes. Na ausência de transações observáveis neste sentido, uma metodologia de avaliações apropriada é utilizada. Os cálculos dispostos neste modelo são corroborados por indicadores disponíveis de valor justo, como preços cotados para entidades listadas, entre outros indicadores disponíveis. A Companhia baseia sua avaliação de redução ao valor recuperável com base no Plano de Negócio. As projeções baseadas nestas previsões e orçamentos geralmente abrangem o período de concessão e são revistas anualmente. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Para ativos que não sejam ágio, é efetuada uma avaliação em cada data de reporte para determinar se existe um indicativo de que as perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuiriam. Se tal indicativo existir, a Companhia estima o valor recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa. Uma perda por redução ao valor recuperável de um ativo previamente reconhecida é revertida apenas se tiver havido mudança nas estimativas utilizadas para determinar o valor recuperável do ativo desde a última perda por desvalorização que foi reconhecida. A reversão é limitada para que o valor contábil do ativo não ultrapasse o valor contábil que teria sido determinado (líquido de depreciação, amortização ou exaustão), caso nenhuma perda por desvalorização tivesse sido reconhecida para o ativo em anos anteriores. Esta reversão é reconhecida no resultado. **2.13. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos em contas correntes bancárias e depósitos a curto prazo com alta liquidez e vencimento de três meses ou menos, a contar da data de contratação e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. Esses saldos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. **2.14. Provisões - a) Geral:** Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado. É provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. b) **Provisão para perdas em causas judiciais:** Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **2.15. Benefícios a empregados - a) Benefícios de curto prazo a empregados:** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. b) **Plano de contribuição definida:** As obrigações por contribuições aos planos de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas com pessoal quando os serviços relacionados são prestados pelos empregados. As contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na extensão em que um reembolso de caixa ou uma redução em pagamentos futuros seja possível. A Companhia não possui benefícios pós emprego. **2.16. Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. **2.17. Arrendamento:** A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes. **Ativos de direito de uso:** A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos, conforme abaixo: • Imóveis: 5 anos; • Veículos: 5 anos; • Máquinas e equipamentos: 5 anos. Em determinados casos, se a titularidade do ativo arrendado for transferida para a Companhia ao final do prazo do arrendamento ou se o custo representar o exercício de uma opção de compra, a depreciação é calculada utilizando a vida útil estimada do ativo. Os ativos de direito de uso também estão sujeitos a redução ao valor recuperável. **Passivos de arrendamento:** Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela Companhia e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir a Companhia exercendo a opção de rescindir o arrendamento. Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas (salvo se forem incorridos para produzir estoques) no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente. **Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor:** A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo de máquinas e equipamentos (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contêm opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório considerados de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. **2.18. Custos de empréstimos:** Os custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos pela entidade relativos ao empréstimo. **2.19. Classificação circulante versus não circulante:** A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: (i) Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decorso normal do ciclo operacional da entidade; (ii) Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado; (iii) Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço; e (iv) É caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço. Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado no circulante quando: (i) Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade; (ii) Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado; (iii) Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço; e (iv) A entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço. Os termos de um passivo que podem, a opção da contraparte, resultar na sua liquidação por meio da emissão de instrumentos patrimoniais não afetam a sua classificação. A Companhia classifica todos os demais passivos no não circulante. Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante. **2.20. Pronunciamentos novos ou revisados, aplicados pela primeira vez em 2022:** A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2022 (exceto quando indicado de outra forma). A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes. Alterações no CPC 37 (R1), CPC 48, CPC 29, CPC 27, CPC 25 e CPC 15 (R1). As alterações aos pronunciamentos acima são em decorrência das alterações anuais relativas ao ciclo de melhorias entre 2018 e 2020, tais como: • Contrato Oneroso – custos de cumprimento de contrato; • Ativo imobilizado – vendas antes do uso pretendido; e • Referências à Estrutura conceitual. A vigência dessas alterações deve ser estabelecida pelos órgãos reguladores que o aprovarem, sendo que, para o pleno atendimento às normas internacionais de contabilidade, a entidade deve aplicar essas alterações nos períodos anuais com início em, ou após, 1º de janeiro de 2022. A Companhia analisou as emendas às normas contábeis no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e até o momento não identificou impactos em suas políticas operacionais e contábeis a serem adotados retrospectivamente ou no início do exercício de 2022. **2.21. Reapresentação para correção de erros:** A administração da Companhia identificou ajustes que afetam os balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2022, bem como as demonstrações do resultado, resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data. Consequentemente, a Companhia está reapresentando as demonstrações financeiras de acordo com o previsto no CPC 23/IAS 8 – Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Correção de Erros e CPC 26 (R1)/IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Contábeis. Após a emissão das demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a administração

identificou características presentes nas escrituras das 1ª e 3ª Emissões Privadas de Debêntures Conversíveis da Iguá Rio de Janeiro S.A. e seus respectivos registros contábeis. Consta nas escrituras a conversibilidade mandatória dos respectivos valores de principal das debêntures, em ações da Iguá Rio de Janeiro S.A., o que levaria à caracterização das debêntures como um instrumento financeiro composto e, conseqüente, reclassificação de parcela relevante dos saldos para o Patrimônio Líquido da companhia, ao invés do registro original integralmente no Passivo, assim como o recálculo dos juros e impostos diferidos afetando as linhas de despesas financeiras e impostos sobre a renda. O erro foi corrigido com a representação de cada uma das linhas afetadas nas demonstrações financeiras, da seguinte forma:

	Original	Ajustes	Reapresentado
	2022	2022	2022
<b>Impacto no patrimônio líquido</b>			
<b>Ativo</b>			
<b>Ativo não circulante</b>			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	357.596	(4.081)	353.515
<b>Total do ativo</b>	<b>357.596</b>	<b>(4.081)</b>	<b>353.515</b>
<b>Passivo e patrimônio líquido</b>			
<b>Passivo não circulante</b>			
Debêntures	5.505.139	(1.515.284)	3.989.855
<b>Total do passivo</b>	<b>5.505.139</b>	<b>(1.515.284)</b>	<b>3.989.855</b>
Debêntures obrigatoriamente conversíveis em ações	-	1.503.282	1.503.282
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>-</b>	<b>1.503.282</b>	<b>1.503.282</b>
<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>	<b>5.505.139</b>	<b>(12.002)</b>	<b>5.493.137</b>
<b>Original</b>	<b>2022</b>	<b>Ajustes</b>	<b>Reapresentado</b>
<b>2022</b>	<b>2022</b>	<b>2022</b>	<b>2022</b>
Despesas financeiras	(967.150)	12.002	(955.148)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	283.078	(4.081)	278.997
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>(684.072)</b>	<b>7.921</b>	<b>(676.151)</b>
Prejuízo por ação - básico e diluído (em Reais)	(1.042185)	0,715552	(0,326633)

O efeito da reclassificação acima demonstrada sobre o resultado líquido por ações encontra-se demonstrado na nota explicativa 17. A reapresentação não impactou outros resultados abrangentes ou as atividades operacionais, de investimento e financiamento do fluxo de caixa. **2.22. Normas emitidas, mas ainda não vigentes:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. **IFRS 17 - Contratos de Seguro:** Em maio de 2017, o IASB emitiu a IFRS 17 - Contratos de Seguro (CPC 50 - Contratos de Seguro que substituiu o CPC 11 - Contratos de Seguro), uma nova norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. Uma vez que a Companhia não emite ou emitiu contratos de seguro, nem detém contratos de resseguro, esta norma não é aplicável. **Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante:** Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem: • O que significa um direito de postergar a liquidação; • Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório; • Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação; • Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação. As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, as alterações não representam impactos nas operações da Companhia. **Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis:** Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 8 (norma correlata ao CPC 23), no qual introduz a definição de "estimativa contábil". As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, eles esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis. As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 e aplicarão para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período. Adoção antecipada é permitida se divulgada. Não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia. **Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis:** Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 1 (norma correlata ao CPC 26 (R1)) e IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements, no qual fornece guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis. As alterações são para ajudar as entidades a divulgarem políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adicionando guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis. As alterações ao IAS 1 são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 com adoção antecipada permitida. Já que as alterações ao Practice Statement 2 fornece guias não obrigatórios na aplicação da definição de material para a informação das políticas contábeis, uma data para adoção desta alteração não é necessária. A Companhia está atualmente revisando as divulgações das políticas contábeis para confirmar que estão consistentes com as alterações requeridas. **Alterações ao IAS 12: Tributos Diferidos relacionados a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação:** Em maio de 2021, o Conselho divulgou alterações ao IAS 12, que restringem o escopo da exceção de reconhecimento inicial sob o IAS 12, de modo que não se aplica mais a transações que dão origem a diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iniciais. As alterações devem ser aplicadas a transações que ocorram nos períodos anuais com início em, ou após, o mais antigo período comparativo apresentado. Além disso, no início do mais antigo período comparativo apresentado, um imposto diferido ativo (desde que haja um lucro tributável suficiente disponível) e um imposto diferido passivo também devem ser reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis e tributáveis associadas a arrendamentos e obrigações de desmantelamento. A Companhia está atualmente avaliando o impacto dessas alterações. **3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas - a) Julgamentos:** Na preparação destas demonstrações financeiras, a administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. b) **Estimativas e premissas:** As demonstrações financeiras foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. A liquidação das transações envolvendo estas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente. As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data de reporte, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir: **Provisão para perdas de crédito esperadas para contas a receber e ativos de contrato** A Companhia utiliza uma matriz de provisão para calcular a perda de crédito esperada para contas a receber. As taxas de provisão aplicadas são baseadas em dias de atraso. A matriz de provisão baseia-se inicialmente nas taxas de perda histórica observadas pela Companhia. A Companhia revisa a matriz de forma prospectiva para ajustá-la de acordo com a experiência histórica de perda de crédito. Na data de relatório, as taxas de perda histórica observadas são atualizadas e as mudanças nas estimativas prospectivas são analisadas. As informações sobre as perdas de crédito esperadas sobre as contas a receber e ativos de contrato da Companhia estão divulgadas na Nota Explicativa 5. **Tributos:** Ativo fiscal diferido é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do ativo fiscal diferido que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras. A Companhia apresenta prejuízos fiscais a compensar. Estes prejuízos não prescrevem. A compensação dos prejuízos fiscais acumulados fica restrita ao limite de 30% do lucro tributável gerado em determinado exercício fiscal. Vide Nota Explicativa nº 13. **Provisões para perdas com causas judiciais:** A Companhia reconhece provisão para causas ambientais, cíveis, trabalhistas e tributárias. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. As informações sobre provisões de contingências da Companhia estão divulgadas na Nota Explicativa nº 9.

<b>4. Caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>Taxa média de remuneração</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Caixa			
Saldos bancários		5.184	157
<b>Equivalentes de caixa</b>			
Aplicações financeiras	9,16% 2022	13.000	-
Certificado de depósito bancário	12,58% 2022 e 4,42% 2021	126.389	86.271
Fundos de investimento	12,81% 2022 e 4,75% 2021	10.903	24.794
		<b>150.292</b>	<b>111.065</b>
		<b>155.476</b>	<b>111.222</b>
<b>Total</b>			

O caixa e os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender aos compromissos de caixa de curto prazo, aos investimentos estratégicos da Companhia, podendo ainda serem utilizados para outros fins. Os valores mantidos em caixa e equivalentes de caixa são resgatáveis em prazo inferior a 90 dias da data das respectivas operações.

<b>5. Contas a receber e outros recebíveis</b>	<b>Nota</b>	<b>2022</b>
Contas a receber de saneamento e serviços		267.402
Direitos a faturar		49.475
(-) Perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa		(91.130)
		<b>225.747</b>
Operações mensais - partes relacionadas	18.c	90
Outros		1.140
<b>Total</b>		<b>226.977</b>

A movimentação dos recebíveis de clientes é como segue: **Saldo em 1º de janeiro de 2022** - Receita decorrente da operação 998.668 Receita decorrente de serviços de construção 158.554 (-) Recebimentos (840.345) **Saldo em 31 de dezembro de 2022** **316.877** A composição por vencimento dos recebíveis de clientes é como segue:

	<b>2022</b>
A vencer	227.439
Vencidos até 30 dias	16.784
Vencidos entre 31 e 60 dias	13.159
Vencidos entre 61 e 90 dias	4.276
Vencidos entre 91 e 120 dias	9.352
Vencidos entre 121 e 150 dias	8.638</

(\*) Refere-se a outorga fixa de R\$7.286.000 + outros gastos relativos à aquisição da concessão (folha salarial e consultoria envolvida na elaboração do projeto para aquisição da concessão). A Companhia possui registrado no passivo não circulante o montante de R\$ 1.654.604 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 1.092.900 no passivo circulante e R\$ 1.457.200 no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2021) referente a parcela de R\$1.457.200 atualizada pelo IPCA até o momento do pagamento que será liquidado em 2025. A Companhia no exercício financeiro em 31 de dezembro de 2022 reconheceu juros de atualização no montante de R\$197.404. b) **Amortização:** O ativo intangível, registrado na rubrica ativo de contrato ICPC 01 (R1), refere-se exclusivamente a capitalização de gastos com construções e melhorias na infraestrutura. A amortização ocorre de forma linear, considerando como início da amortização a data de aquisição do bem ou de término das obras. c) **Teste por redução ao valor recuperável:** A Companhia avalia anualmente a recuperação do valor contábil dos intangíveis utilizando o conceito do "valor em uso", através de modelos de fluxo de caixa descontado das unidades geradoras de caixa.

	2022	2021
Água comprada para revenda (*)	58.293	-
Fornecedores diversos	46.959	5.048
Outras contas a pagar	263	95
<b>Total</b>	<b>105.515</b>	<b>5.143</b>

(\*) Refere-se ao fornecimento de água potável por atacado realizado pela CEDAE à Companhia, que ocorrerá pelo mesmo prazo do contrato de concessão e reajustado a cada período de 12 meses pelo Índice de Reajuste Contratual, conforme previsto no contrato de interdependência.

**8. Debêntures**

Linha de crédito	Indexador	Juros médios a.a. (*)	Vencimento	2022		2021	
				(reapresentado)		(reapresentado)	
Debêntures 1ª emissão (**)	1,20	2024	27.935	1.198.578			
Debêntures 2ª emissão	CDI	15,89	2025	4.808.177	3.332.629		
Debêntures 3ª emissão (**)	2,00	2025	13.616				
			4.849.728	4.531.207			
(-) Custo de transação			(84.343)	(116.615)			
Circulante			775.530				
Não circulante			<b>3.989.855</b>	<b>4.414.592</b>			

(\*) Os juros médios incorporam os juros fixos e a estimativa do indexador de referência na data do fechamento. (\*\*) A Igua Saneamento S.A. adquiriu a totalidade das debêntures, vide nota 18.c, a parcela reconhecida no passivo refere-se aos juros incorridos, já o principal está reconhecido no patrimônio líquido por ser debêntures obrigatoriamente conversíveis em ações. As debêntures possuem os seguintes vencimentos:

31 de dezembro de 2022 - reapresentado	Valor contábil	12 meses (**)	13 a 24 meses	25 a 31 meses
Debêntures (*)	4.849.728	808.179	27.935	4.013.614
<b>Total</b>	<b>4.849.728</b>	<b>808.179</b>	<b>27.935</b>	<b>4.013.614</b>

31 de dezembro de 2021	contábil	meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses	37 a 48 meses	49 a 56 meses
Debêntures (*)	4.531.207	-	132.628	-	3.200.000	1.198.579
<b>Total</b>	<b>4.531.207</b>	<b>-</b>	<b>132.628</b>	<b>-</b>	<b>3.200.000</b>	<b>1.198.579</b>

(\*) Os montantes apresentados não incluem os custos de transação. (\*\*) Montante referente aos juros remuneratórios da 2ª emissão que deverão ser pagos a partir de julho de 2023. Cronograma de amortização do custo de transação: A seguir é apresentado o montante de custos de transação das debêntures, a ser apropriado ao resultado em cada exercício subsequente:

31 de dezembro de 2022	Valor contábil	12 meses	13 a 24 meses	25 a 31 meses
Debêntures	84.343	32.649	32.649	19.045
<b>Total</b>	<b>84.343</b>	<b>32.649</b>	<b>32.649</b>	<b>19.045</b>

31 de dezembro de 2021	Valor contábil	12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses	37 a 43 meses
Debêntures	116.615	-	65.087	32.544	18.984
<b>Total</b>	<b>116.615</b>	<b>-</b>	<b>65.087</b>	<b>32.544</b>	<b>18.984</b>

Cconciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes de atividade de financiamento

	Debêntures	Arrendamento	Total
<b>Saldo em 11 de junho de 2021</b>			

Variáveis dos fluxos de caixa de financiamento			
Captação	4.350.000	-	4.350.000
Custo de transação pago	(11.651)	-	(11.651)
Amortização de principal	-	(213)	(213)
<b>Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento</b>	<b>4.338.349</b>	<b>(213)</b>	<b>4.338.136</b>

**Outras variações**

Arrendamento	-	4.597	4.597
Custo de transação a pagar - partes relacionadas	(117.874)	-	(117.874)
Pagamento de juros	-	(37)	(37)
Provisão de juros - partes relacionadas	48.578	-	48.578
Provisão de juros	145.539	37	145.576
<b>Total de outras variações</b>	<b>76.243</b>	<b>4.597</b>	<b>80.840</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>4.414.592</b>	<b>4.384</b>	<b>4.418.976</b>

**Reapresentado**

Saldo em 1º de janeiro de 2022	4.414.592	4.384	4.418.976
--------------------------------	-----------	-------	-----------

**Variáveis dos fluxos de caixa de financiamento**

Captação	1.099.998	-	1.099.998
Amortização de principal	-	(3.726)	(3.726)
<b>Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento</b>	<b>1.099.998</b>	<b>(3.726)</b>	<b>1.096.272</b>

**Outras variações**

Arrendamento	-	5.796	5.796
Baixa de arrendamento	-	(2.252)	(2.252)
Custo de transação	249	-	249
Pagamento de juros	-	(381)	(381)
Reclassificação debêntures conversíveis em ação	(1.503.282)	-	(1.503.282)
Provisão de juros - partes relacionadas	46.255	-	46.255
Provisão de juros	707.573	381	707.954
<b>Total de outras variações</b>	<b>(749.205)</b>	<b>3.544</b>	<b>(745.661)</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>4.765.385</b>	<b>4.202</b>	<b>4.769.587</b>

As debêntures não possuem cláusulas contratuais restritivas (covenants) que obriguem o atingimento de índices financeiros.

**9. Provisão para perdas em causas judiciais:** A Companhia considera existir riscos classificados como prováveis de natureza cível e, desta forma, reconheceu uma provisão no valor de R\$6 mil em 31 de dezembro de 2022. As contingências passivas não registradas nas demonstrações financeiras são de natureza cível e trabalhista, avaliadas, com apoio de assessores jurídicos como sendo de risco possível e montam na Companhia uma estimativa de R\$20.936 mil em 31 de dezembro de 2022. Dentro do montante total das contingências possíveis, existe um acervo de processos judiciais sobre "cobrança híbrida", no montante de R\$13.637 mil, partindo de uma avaliação que considera uma estimativa pautada na média histórica de condenações no Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, bem como a duração média desses processos. O julgamento definitivo desses casos dependerá do Superior Tribunal de Justiça, que está avaliando o tema e proferirá decisão com alcance a todos os processos judiciais ativos.

**10. Patrimônio líquido - a) Capital social:** O capital social da Companhia, subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2022 é de R\$560.001 (R\$ 510.001 em 31 de dezembro de 2021), representado por 560.001 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. A controladora Igua Projetos S.A. detém 100% das ações. Em 12 de agosto de 2022, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária o aumento de capital social, no montante de R\$50.000, mediante a emissão de 50.000 novas ações ordinárias nominativas sem valor nominal, em decorrência da conversão do AFAC realizado em 01 de fevereiro de 2022. Em 01 de fevereiro de 2022 a controladora direta Igua Projetos S.A. realizou AFAC no montante de R\$50.000 que será integralizado dentro dos próximos seis meses de acordo com contrato. Em 27 de julho de 2021, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária o aumento de capital social, no montante de R\$510.000, mediante a emissão de 510.000 novas ações ordinárias nominativas sem valor nominal, ao preço de R\$1,00 cada. A Companhia fica autorizada a aumentar o seu capital social, por deliberação do Conselho de Administração e independente de reforma estatutária, até o limite de R\$717.370 mil. A Companhia deverá obedecer ao cronograma exigido no Contrato de Concessão para aumento de seu capital social sujeito a uma multa sobre o faturamento, de modo que o capital social mínimo subscrito e integralizado deverá ser de: (a) R\$524.548 até o final do 1º ano da concessão; (b) R\$554.852 até o final do 2º ano da concessão; (c) R\$603.681 até o final do 3º ano da concessão; (d) R\$661.030 até o final do 4º ano da concessão; e (e) R\$717.370 até o final do 5º ano da concessão. b) Debêntures obrigatoriamente conversíveis em ações: Em 04 de abril de 2022 foi elaborado o 1º aditivo referente a 1ª emissão de debêntures da Companhia, passando a ser obrigatoriamente conversível, com taxa de juros fixa de 1,20% ao ano e vencimento em 09/08/2024, a Igua Saneamento S.A. é a detentora de 100% das debêntures. Em 27 de janeiro de 2022, foi realizada a 3ª emissão privada de debêntures obrigatoriamente conversíveis em ações, no montante de R\$300.000, taxa de juros de 2% ao ano e vencimento em 27 de janeiro de 2025, tendo a Igua Saneamento S.A. comprado 100%. As debêntures obrigatoriamente conversíveis em ações estão classificadas pelo seu valor principal no patrimônio líquido da Companhia, tendo seus juros reconhecidos no passivo. No momento da conversão cada debênture corresponderá a uma ação. c) Reservas de lucros - Reserva legal: É constituída a razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social, após a compensação de prejuízos acumulados. d) Dividendos: O Estatuto Social da Companhia determina um percentual não inferior a 25% para pagamento dos dividendos mínimos obrigatórios, após a compensação de prejuízos acumulados.

**11. Gerenciamento do capital:** A gestão de capital da Companhia é feita para equilibrar as fontes de recursos próprias e terciárias, balanceando o retorno para os acionistas e o risco para acionistas e credores. A dívida da Companhia para a relação ajustada do capital ao final do exercício é apresentada a seguir:

	2022	2021
	(reapresentado)	
Total do passivo	6.656.005	7.137.306
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(155.476)	(111.222)
(-) Caixa de terceiros líquido (A)	6.500.529	7.026.084
Total do patrimônio líquido (B)	1.374.726	365.311
<b>Índice de alavancagem (A/B)</b>	<b>4,73</b>	<b>19,23</b>

**12. Instrumentos financeiros - a) Classificação contábil e valores justos:** A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo.

	Nota	Valor justo por meio do resultado		Ativo mensurado ao custo amortizado		Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado	
		2022	2021	2022	2021	2022	2021
Caixa e equivalentes de caixa	4	150.292	111.065	5.184	157	-	-
Contas a receber e outros recebíveis	5	-	-	226.977	-	-	-
<b>Ativos financeiros</b>		<b>150.292</b>	<b>111.065</b>	<b>232.161</b>	<b>157</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Fornecedores e outras contas a pagar	7	-	-	-	-	105.515	5.143
Partes relacionadas a pagar	18.c	-	-	-	-	101.120	161.371
Poder concedente a pagar	6.a	-	-	-	-	1.654.604	2.550.100
Passivo de arrendamento	-	-	-	-	-	4.202	4.384
Debêntures (*)	8	-	-	-	-	4.849.728	4.531.207
<b>Passivos financeiros</b>		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>6.715.169</b>	<b>7.252.205</b>

(\*) O montante apresentado não contempla o impacto dos custos de transação. Os instrumentos financeiros referentes às aplicações financeiras e debêntures, estão classificados como Nível 2, na hierarquia de valor justo. Considerando a natureza dos demais instrumentos financeiros, ativos e passivos da Companhia, os saldos reconhecidos no balanço patrimonial se aproximam dos valores justos, levando-se em conta os prazos de vencimentos próximos à data do balanço, comparação das taxas de juros contratuais com as taxas de mercado em operações similares nas datas de encerramento dos exercícios, e sua natureza e prazos de vencimento. b) **Mensuração do valor justo:** Para os passivos financeiros, o valor justo que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras. Os demais valores contábeis referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado. Não ocorreram transferências entre níveis a serem consideradas em 31 de dezembro de 2022. c) **Gerenciamento de riscos financeiros:** A Companhia possui exposição aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros: • Risco de crédito; • Risco de liquidez; • Risco de mercado; • Risco de preço; e • Risco de taxa de juros. i) **Estrutura do gerenciamento de risco:** A Administração é responsável pelo acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia e os gestores de cada área se reportam regularmente à Administração sobre as suas atividades. As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas de gerenciamento de riscos e sistemas são revisadas frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia que através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca desenvolver um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações. ii) **Risco de crédito:** Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso o cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. **Contas a receber e outros recebíveis:** A Companhia tem recebíveis decorrentes de suas atividades operacionais. No contrato de concessão, a Companhia detém o controle direto dos recebíveis e do fornecimento dos serviços, além disso, existem contratos com previsões de indenização em caso de renúncia do poder concedente, com alto grau de controle sobre os recebíveis. **Caixa e equivalentes de caixa:** O risco de crédito proveniente do caixa e equivalentes de caixa é atenuado pelo fato de a Companhia manter seus saldos com bancos e instituição financeira consideradas de primeira linha. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foram:

Risco de taxa de juros sobre ativos e passivos financeiros - apreciação e depreciação das taxas

Instrumentos	Apreciação das taxas				Depreciação das taxas			
	Variação do índice em 25%		Variação do índice em 50%		Variação do índice em 25%		Variação do índice em 50%	

Ativos financeiros	Exposição em 31/12/2022	Risco	Provável	
			%	Valor
Aplicações financeiras	150.292	CDI	12,30	18.486
<b>Total</b>	<b>150.292</b>			<b>18.486</b>

Passivos financeiros	Exposição em 31/12/2022	Risco	Provável	
			%	Valor
Debêntures	(4.808.177)	CDI	12,39	(595.733)
Poder concedente a pagar	(1.654.604)	IPCA	5,79	(95.802)
<b>Total</b>	<b>(6.462.781)</b>			<b>(691.535)</b>

**Total dos ativos e passivos financeiros líquidos** (6.312.489) (673.049)

**Impacto no resultado e no patrimônio líquido**

**13. Imposto de renda e contribuição social:** Impostos diferidos ativos e resultado foram atribuídos da seguinte forma:

Imposto de renda e contribuição social diferidos	Ativo		Passivo		Resultado	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021

(reapresentado) (reapresentado)

Prejuízo fiscal do imposto de renda e base negativa da contribuição social (a)	331.703	73.990	-	-	257.713	73.990
Perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa	34.663	-	-	-	34.663	-
Outras diferenças temporárias	2.415	528	-	-	1.887	528
Direitos a faturar	-	-	15.266	-	(15.266)	-
<b>Total</b>	<b>368.781</b>	<b>74.518</b>	<b>15.266</b>	<b>-</b>	<b>278.997</b>	<b>74.518</b>

(\*) Saldos de ativos e passivos fiscais diferidos compensados, sendo a natureza da compensação passiva, pois estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária. (a) Com base na estimativa dos planos de negócios, a Companhia reconheceu o ativo fiscal diferido sobre prejuízos acumulados. A compensação dos prejuízos fiscais de imposto de renda e da base negativa da contribuição social está limitada, conforme a legislação, à base de 30% dos lucros tributáveis anuais, sem prazo de prescrição.

**Reconciliação da alíquota nominal com a taxa efetiva**

	2022	2021
--	------	------

(reapresentado) (reapresentado)

Resultado do período antes dos impostos	(822.864)	(219.208)
Alíquota nominal	34%	34%
Despesa com imposto a alíquota nominal	279.774	74.530
<b>Ajuste do imposto de renda e contribuição social</b>	<b>(751)</b>	<b>(2)</b>

Despesas não dedutíveis (26) (10)

Outras (278.997) (74.518)

**Alíquota efetiva** 34% 34%

**Cronograma de realização:** Os impostos diferidos ativos foram constituídos, exclusivamente, com base em prejuízos fiscais de imposto de renda e base de cálculo negativa da contribuição social. A estimativa das parcelas de realização do ativo fiscal diferido deve seguir o seguinte cronograma:

**Realização do imposto de renda diferido do ativo**

	2022	2021
--	------	------

(reapresentado) (reapresentado)

2024	(1.850)	(12.899)
2025	(3.532)	(8.896)
2026	(17.440)	(27.002)
2027	(32.032)	(23.685)
2028	(313.927)	-
2029 em diante	(368.781)	(74.518)

**14. Receita operacional líquida**

Água	3.951	
Esgoto	(98.022)	
Construção	(94.470)	
Serviços	1.062.751	
Abatimentos e cancelamentos	(276.105)	
Impostos sobre serviços	(190.022)	
<b>Total</b>	<b>(952.127)</b>	<b>(28.682)</b>

**15. Custos e despesas por natureza**

Água	(276.353)	
Depreciação e amortização	(195.115)	(230)
Custo de construção	(158.554)	
Perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa (*)	(91.130)	
Despesas com pessoal	(97.185)	(10.515)
Serviços de terceiros	(62.269)	(15.877)
Outorga e taxas de fiscalização	(28.039)	
Energia elétrica	(19.009)	
Materiais auxiliares	(7.584)	
Manutenção de máquinas, equipamentos e veículos	(4.057)	
Materiais diretos	(2.047)	
Outros custos e despesas	(10.785)	(2.060)
<b>Total</b>	<b>(</b>	

indevidamente capitalizados. *Como nossa auditoria conduziu esse assunto:* Nossos procedimentos de auditoria para confirmar o adequado registro e controle destes ativos incluíram, dentre outros: (i) realização de testes documentais sobre as adições ao ativo intangível, incluindo a verificação de notas fiscais e contrato; e (ii) avaliação da natureza dos gastos capitalizados e sua elegibilidade à capitalização. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos aceitáveis os critérios de reconhecimento e capitalização no ativo intangível adotados pela diretoria, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas 1 e 6, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Contas a receber e perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa:** Conforme mencionado na Nota 3.6 às demonstrações financeiras, a Companhia mantém registrado contas a receber no montante de R\$225.747mil. A Companhia reconhece suas receitas, na extensão em que as obrigações de desempenho vão sendo atendidas e os serviços são prestados aos clientes, por um valor que reflita a contraprestação à qual a Companhia espera ter direito em troca destes serviços que são decorrentes das receitas de serviços do contrato de concessão pública e serão recebidos dos seus usuários que a Companhia presta serviços. A Companhia em seu primeiro ano de operação avaliou as suas premissas com base em fatores internos e externos, incluindo nível de inadimplência, política de renegociação, cadastramentos de seus clientes levando em consideração as características específicas das concessões, e por isso consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria. *Como nossa auditoria conduziu esse assunto:* Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) entendimentos com os responsáveis da diretoria acerca dos principais critérios envolvidos na elaboração das premissas da estimativa do valor recuperável das contas a receber; (ii) avaliação das estimativas utilizadas pela diretoria em relação as perdas esperadas contabilizadas; (iii) análise da integridade das bases de cálculo utilizadas; (iv) testes em bases amostrais com objetivo de validar o histórico de perda; (v) recalcado das faturas emitidas. Adicionalmente realizamos testes documentais próximo do fechamento contábil anual ("teste de corte da receita") através do confronto entre notas fiscais emitidas. Como resultado desses procedimentos, identificamos ajustes indicando a necessidade de complemento nos saldos de provisão para contas a receber, os quais foram registrados pela diretoria da Companhia dada sua materialidade em relação as demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Baseado no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o contas a receber e as perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa, que está consistente com a avaliação da diretoria, assim como as respectivas divulgações nas notas 3.6 e 5, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Outros assuntos:** *Demonstrações do valor adicionado:* A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo de 31 de dezembro de 2022, elaborada sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentada como informação complementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios

definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos proce-

dimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 19 de maio de 2023.

**ERNST & YOUNG - Auditores Independentes S.S. Ltda.**  
CRC-SP034519/O  
**Lazaro Angelim Serruya**  
Contador CRC-DF015801/O

